

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL E MÉXICO: DESVENDANDO AMBICÕES E DESCONFIANÇAS ENTRE OS DOIS GIGANTES DA AMÉRICA LATINA

Relaciones diplomáticas entre Brasil y México: desvendando ambiciones y desconfianzas entre los dos gigantes de América Latina

Jonathan Guedes da Silva Ricardo¹

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade refletir sobre o estado das atuais relações diplomáticas entre Brasil e México frente aos acontecimentos que marcaram um distanciamento entre os corpos diplomáticos destes que são os dois gigantes da América Latina nos últimos anos. Além disso, e tendo em vista o papel protagonista que ambos os países possuem como potências emergentes dentro de um cenário cada vez mais multipolar, se examinará suas respectivas políticas externas para que se diagnostique como cada um deles vêm trabalhando para reafirmar sua posição no mundo, e em particular na América Latina. Nessa corrida pelo poder, se destacará as ambições e desconfianças existentes (mesmo que implicitamente) entre os dois países, e que resulta num ambiente de “políticas cautelosas” um com o outro. Finalmente, se apontará a importância da aproximação entre Brasília e Ciudad de México, uma vez que se entende que é a partir dessa relação sólida que se criará uma maior estabilidade, seja política ou econômica, na região.

Palavras-chave: Brasil; México; relações diplomáticas; política externa; economia; América Latina.

RESUMEN

El presente artículo tiene por finalidad reflejar sobre el estado de las actuales relaciones diplomáticas entre Brasil y México frente a los acontecimientos que marcaron un distanciamiento entre los cuerpos diplomáticos de estos que son los dos gigantes de América Latina en los últimos años. Además de eso, y teniendo en vista el papel protagonista que ambos países poseen como potencias emergentes dentro de un escenario cada vez más multipolar, se examinarán sus respectivas políticas externas para que se diagnostique como cada uno de ellos vienen trabajando para reafirmar su posición en el mundo, y

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador em Educação, estudos socioeconômicos e estudos internacionais, associado a grupos de pesquisas na UNIRIO, UFRJ e Universidad de Guadalajara, México.

en particular en la América Latina. En esta competencia por el poder, se destacarán las ambiciones y desconfianzas existentes (mismo que implícitamente) entre los dos países, y que resulta en un ambiente de “políticas cautelosas” uno con el otro. Finalmente, se apuntará para la importancia de la aproximación entre Brasilia y Ciudad de México, una vez que se entiende que es a partir de esa relación sólida que será posible una más grande estabilidad, sea política o económica, en la región.

Palabras-clave: Brasil; México; relaciones diplomáticas; política externa.

BRASIL E/Y MÉXICO: NAMORO, AMIZADE OU TRAIÇÃO?

República Federativa do Brasil e Estados Unidos Mexicanos. Duas potências emergentes que se não fosse o distanciamento diplomático, seguramente poderiam representar muito mais para o mundo. O esfriamento nas relações nos últimos anos e a desconfiança do qual este texto enfocará impedem um caminhar mais cooperativo entre os dois gigantes do sul e do norte da América.

Batista (2000, p. 43), em sua pesquisa comparativa entre os fluxos comerciais entre os dois países com o resto do mundo, afirma que “ao considerarmos que o Brasil e o México são as duas maiores economias latino-americanas e que apresentam os maiores volumes de comércio da região”, por outro lado “a intensidade do comércio bilateral entre esses países é medíocre”.

Por mais que a tese que este trabalho defende sobre as possíveis desconfianças entre os dois países não fique razoavelmente visível, é perceptível pelos olhos mais sensíveis que, dentre outras evidências, as aproximações do Governo Brasileiro a partir de Luiz Inácio Lula da Silva com os países da América Latina tem um capítulo digamos que “especial” quando se refere ao México. E não seria apenas os dois países que se beneficiariam de uma aproximação mais sólida, senão que toda a América Latina (isso para não aumentar a escala e dizer todo o mundo).

Segundo Soriano (2012), há dois momentos delicados durante o Governo Dilma Rousseff que ilustram muito bem o esfriamento das relações entre os dois países. O primeiro deles, que ocorreu em 2010, foi o “furo” dado

por Dilma e Lula ao não participarem da XVI Conferencia de las Partes (COP-16) de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el cambio Climático (Conferência sobre as mudanças climáticas) no México. Soma-se a isso o fato de o Brasil não ter apoiado a candidatura de Agustín Carstens para diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) após os escândalos envolvendo Dominique Strauss-Kahn, e que o obrigaram a renunciar ao cargo. Hakim (2011), em seu artigo de opinião, destaca o fato de que:

Os brasileiros não ficaram felizes quando o México, país com o qual mantém uma relação distante, lançou um candidato para o mais alto cargo do FMI sem antes consultar Brasília. Para complicar as coisas, um respaldo precoce do Brasil à candidatura do mexicano Agustín Carstens poderia ter comprometido os esforços de Brasília para eleger José Graziano da Silva, um dos pais do programa Fome Zero do governo Lula, como diretor da FAO². José Graziano da Silva foi eleito [...] para o cargo.

Erro gravíssimo de ambos países. Mais uma vez a distância entre os dois países gerou falta de comunicação e atrito nos interesses individuais. Quem ganha? Novamente a Europa e o mundo do norte, que conseguiu eleger a candidata francesa Christine Lagarde. Quem perde? O México naquele momento e o Brasil no amanhã (nem citarei os países da América Latina e do mundo do hemisfério sul).

Mas é claro que o Governo Mexicano não deixaria barato. E de fato não deixou. Um esfriamento nas relações ainda mais intenso veio, sobretudo, com a ausência do Presidente Felipe Calderón e da Secretária de Relações Exteriores do México na tomada de posse da presidente brasileira, enviando somente o subsecretário para assuntos da América Latina e o embaixador mexicano no Brasil. A justificativa dada pelo Governo mexicano foi a agenda lotada de compromissos oficiais dos altos cargos.

No universo da diplomacia, a ausência de um presidente de um grande país na tomada de posse de um mandatário de outro grande país pode significar que as relações entre eles estão estremecidas. Ainda mais sendo esses países considerados estratégicos um para o outro. Claro, há aqueles casos que podem impossibilitar a ida do presidente para o evento: motivo de

² Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

doença, assuntos internos (segurança nacional, acontecimentos que mobilizam a opinião pública, etc.), momentos eleitorais dentro do país... que não foram os casos do presidente mexicano.

Nem precisa ser da área para entender, pelo menos razoavelmente, que a justificativa da agenda lotada “pega mal”. É como se o Governo de lá não tivesse dando muita importância para os acontecimentos daqui. Até porque se considerarmos que se um país tem no outro uma prioridade, a agenda poderia se adequar a fim de permitir ao mandatário participar de todas (ou quase todas) suas atividades oficiais, e que se digam importantes, sem prejuízo de deixar nenhuma de fora.

DISCUTINDO AS POLÍTICAS EXTERNAS DE BRASIL E MÉXICO: ENTRELINHAS DE ALTOS E BAIXOS

Mas qual será a essência de todos esses “conflitos frios”? A tese aqui defendida virá justamente do histórico de ambições e desconfianças que estão por trás das relações entre ambos países. E não nos deve aparecer como algo indiferente pensar nessa questão sobretudo porque temos que analisar o papel que o Brasil e o México possuem como protagonistas de um mundo cada vez mais multipolar.

Os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia já não são mais o ponto fixo do mundo. O fortalecimento das economias dos países emergentes e a união política delas ao longo dos últimos anos permitiu, dentre outros, o Brasil e o México aparecerem na lista dos países mais importantes do mundo. E continuar garantindo esse destaque internacional é a meta desses dois gigantes.

São muitas as semelhanças entre os dois países. O Brasil possui mais de 206 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016. Já o México possui 119 milhões de habitantes (INEGI). O Brasil figura como a sexta economia mundial; o México, o décimo quinto. O Brasil é a primeira economia da América Latina; México, a

segunda. Outros fatores que os une são suas línguas (português e espanhol), o tamanho do território (Brasil é o 5º maior país do mundo em território, e o México o 13º), o histórico de colonização, o fato de participarem do Grupo das 20 economias mundiais (G-20), os desafios que compartilharam até serem vistos no mundo, os problemas que enfrentam em matéria de segurança, educação, direitos humanos, dentre outros.

No entanto, essas similitudes muitas vezes são deixadas de lado frente a projetos nacionais e ambições distintos dos dois. Aproveitando-se de suas fortalezas econômicas e de suas localizações geográficas, Brasil e México disputam, de certa forma, um maior destaque no cenário mundial.

Falando de América, enquanto o México historicamente buscou o caminho de se relacionar mais com os Estados Unidos, a política externa do Brasil foi justamente fortalecer seus laços com os países da América Latina. E me parece que ao relacionar-se com países que compartilham de um processo histórico mais ou menos parecido com o nosso, o Brasil ganhou mais pontos frente a essa eventual afirmação regional. Este artigo está inclinado a crer que ao buscar uma aproximação íntima com os EUA, o México acabou se esquecendo que é um “hermano latino”. E isso fica um pouco mais claro quando analisamos as políticas (sejam econômicas, ou de segurança) adotadas pelo México, que seguiu os interesses norte-americanos e colocou em conflito as relações com os países da fronteira sul e mais além dela.

Quando se discute o papel do Brasil nesse momento de equilíbrio de forças no mundo, é impossível não citar o carisma e os avanços da diplomacia de Lula. Sua presença no mundo foi tão marcante que extrapolou as barreiras da América Latina e se fez muito vivo inclusive no continente africano e em alguns países da Ásia. Almeida (2004), ao analisar a política externa do presidente que ocupou o Palácio do Planalto entre os anos de 2003 e 2010, afirma que:

No plano político, é evidente o projeto de reforçar a capacidade de “intervenção” do Brasil no mundo, a assunção declarada do desejo de ocupar uma cadeira permanente num Conselho de Segurança reformado e a oposição ao unilateralismo ou unipolaridade, com a defesa ativa do multilateralismo e de um maior equilíbrio nas relações internacionais. No plano econômico, trata-se de buscar maior

cooperação e integração com países similares (outras potências médias) e vizinhos regionais.

A pergunta que é feita muitas vezes é: mas será mesmo que Brasil e México buscam a liderança regional? Quando vamos analisar as políticas externas de cada um deles, é facilmente observável que sim. Isso não quer dizer que essa busca se dê da mesma maneira. Longe disso. Até porque cada um deles possuem projetos de Estado distintos. Tanto que, como dito anteriormente, ao passo que um se agarrou mais aos países do norte, o outro investiu na cooperação sul-sul nos últimos anos.

A primeira (e uma das principais) política externa do México que vem à cabeça e que envolve a região é a ambiciosa Aliança do Pacífico, formada também por Peru, Chile e Colômbia. Fundado oficialmente em 2012, o bloco tem por finalidade a livre circulação de pessoas e mercadorias e a integração econômica de seus membros. Parece ser essa uma política que visa reduzir a influência brasileira no (sub)continente, sobretudo porque (com exceção do México) os países estão ali, ao lado do Brasil. Além disso, a aliança representa uma importante vantagem sobre o Brasil no que se refere ao caráter burocrático que, diferente do Mercosul, possui uma abertura bem maior para o mundo, e por isso permite ao México negociar e estar em vários outros espaços ao passo que o Brasil se mantém mais preso aos sócios do Mercado Comum do Sul.

[...] la AP³ no es excluyente con otros procesos de integración. No excluye ni elimina el trabajo de otros grupos regionales y está abierta a la observación y colaboración con ellos (Declaración de Lima). Adicionalmente, está abierta al diálogo informativo con el Mercosur y a la realización de actividades académicas con el Mercosur y con otras partes de la región, incluyendo Centroamérica y el Caribe (Declaración de Punta Mita). (ACOSTA, 2014, p. 166).

E Estévez (2015) contextualiza muito bem essa ideia da “liberdade mexicana” com algo que parece contraditório:

[...] las relaciones con el otro gran bloque comercial latinoamericano, MERCOSUR, son en algunos casos más intensas que con la propia

³ Aliança do Pacífico.

AP. México y Chile, por ejemplo, se encuentran más integrados con MERCOSUR que con la propia AP tanto en volumen como en cuota comercial, en particular debido a las relaciones económicas de ambos países con Brasil.

Não obstante, um pouco mais abaixo (além da Venezuela e do Equador), estão os países que tem uma relação mais próxima com o Brasil. Inclusive há de se notar que enquanto, de uma forma mais geral, o México chega pelo Oceano Pacífico, o Brasil marca presença pelo Atlântico. Ao que tudo indica, mais parece um choque de integrações.

Um aspecto que divide ainda mais a América Latina é a questão ideológica dos governos centrais dos países. Na última década, os governos mais à direita se ligaram mais com o México (exemplo da Colômbia e do Peru), enquanto os mais à esquerda (exemplo de Venezuela, da Argentina – durante os governos dos Kirchner – e da Bolívia) se ligaram mais ao Brasil. Questão essa que Brasil e México não souberam trabalhar bem para garantir, longe de rachas, uma cooperação única e essencialmente latina. Não se trata de uma “guerra” política ou comercial aberta, e sim um conflito frio, que talvez seja tanto pior que aquele primeiro, já que uma vez não declarado o conflito, não se busca um diálogo (mais maduro).

Outra polêmica que envolve a onça pintada do sul e a águia do norte é a luta do primeiro em conseguir uma cadeira permanente na Organização das Nações Unidas (ONU), ao lado dos EUA, da França, do Reino Unido, da China e da Rússia. Junto à Alemanha, à Índia e ao Japão, o Brasil formou o Grupo dos 4 (G-4), que visava o apoio mútuo entre suas candidaturas para alcançarem o consenso com os demais países na questão da proposta de ampliação no número de cadeiras permanentes no Conselho de Segurança da ONU.

No caso do Brasil, ouve muita comoção pelo fato de a América Latina não ter nenhum representante nesse espaço. No entanto, Argentina e México fizeram de tudo para barrar essa expansão no número de cadeiras, temendo uma maior influência brasileira no cenário internacional, além de outras razões de interesse nacional. Até hoje essa questão é um impasse e uma das

bandeiras dos governos brasileiros dos últimos anos. O egoísmo é mais forte que o princípio da cooperação.

Valle, em seu trabalho que analisa a posição brasileira sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU, contextualiza que no ano de 1997, no marco do quinquagésimo aniversário da organização mundial, e tendo como presidente da Assembleia Geral o embaixador malaio Razali Ismail, apresentou-se uma proposta de ampliação no número de acentos permanentes que inclusive arrancou uma declaração (a primeira) positiva do embaixador americano na ONU, Bill Richardson.

A declaração de Richardson teve impacto em todas as regiões. Na América Latina, o “candidato natural” era o Brasil. Naquele momento, o apoio a esse país sul-americano se justificava pelas cifras de sua expansão territorial, por sua população e peso econômico e pela história de cooperação com a ONU. Nesse contexto, a pretensão de México e Argentina de ocupar o único posto para a América Latina parecia pouco realista. (VALLE, 2005, p. 103).

É inegável que seria muito positivo para a região que um membro forte fizesse parte do Conselho de Segurança da ONU. Além disso, acho que com o apoio de México e da Argentina, o Brasil poderia chegar muito longe em sua bandeira de aumentar o número de acentos no Conselho de Segurança da ONU. E sem dúvidas deveria haver um comprometimento do país canarinho em defender os interesses não só dos três, como de toda a região latina. Só que outros sentimentos que não a de cooperação preferem adotar aquele ditado: “se não eu, ninguém mais”. Repito: acho lamentável países que se dizem irmãos chegarem a esse ponto.

Quatro anos antes da fundação da Aliança do Pacífico, os países do sul formaram a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O grupo, formado por doze países, tem uma característica muito peculiar: metade do território que cobre todos os Estados soberanos membros é brasileiro, metade da população é brasileira e a economia-chave do bloco é a brasileira. Ao longo de sua fundação, dois países estiveram mais à frente das negociações: Brasil e Venezuela.

Tal fundação envolvendo todos os países da parte sul do continente parece ter sido um xeque-mate da diplomacia brasileira, que mal tinha ideia do

impacto da futura associação Peru-México-Chile-Colômbia (PMCC), que poderia atrapalhar seus planos geopolíticos na região. É interessante destacar que o México, assim como o Panamá, entrou como observador na UNASUL. Aliás, essa questão da presença mexicana na América do Sul não se restringe apenas a UNASUL. Como já fora dito, também é membro-observador do Mercosul.

Há um termo também que de certa forma pode incomodar muito as pretensões mexicanas: os BRICS. A associação de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul demonstra uma quebra de braços entre aqueles conservadores e os que defendem a ideia de um mundo que já não é mais unipolar. No entanto, também a multipolaridade pode provocar ciúmes, discórdias, pretensões ocultas. Questões que, desnecessárias que são, fazem escorrer pelas mãos boas oportunidades de crescimento de um coletivo de países.

Mas até chegarem a ser potências no sentido profundo da palavra, ainda falta o Brasil e o México comerem muito arroz e feijão (ou seria tacos y frijoles?). Sonhar é essencial, mas manter os pés no chão é mais do que pré-requisito. No caso brasileiro, por exemplo, mergulhado em meio a tantas reivindicações em projetar o Brasil no mundo, Almeida (2010, p. 150) é enfático ao afirmar que:

Multiplicando-se esse ativismo em várias vertentes de ação e em iniciativas em frentes não tradicionais de atuação, a capacidade brasileira de moldar a agenda internacional e de influenciar processos decisórios em temas complexos ali inscritos pode estar se mostrando ligeiramente exagerada.

Além disso, os problemas que Brasil e México compartilham em matéria de educação, violência, corrupção impregnada na política, má gestão dos recursos públicos e direitos humanos ainda são feridas abertas e que caberão muitas ações para serem resolvidas. Ações essas que precisam ser imediatas, com políticas públicas de médio e longo prazo, que permitam esses países afirmarem-se nos papéis que lhes cabem como pai e mãe da América Latina. Além disso, em momentos anteriores já havia postulado em juízo a defesa de que:

[...] Sendo aqueles dois os gigantes (em termos econômicos, populacionais, territoriais, de influência política, etc.) da América Latina, espera-se uma presença firme e notória nos espaços internacionais, com governos envolvidos nas questões globais pulsantes e longe de uma atuação baseada na *política de tatu-bola*, entendida como aquela política externa daqueles que, ao não assumirem seu lugar de destaque, preferem isolar-se em suas próprias entranhas como faz o animal em caráter defensivo. (RICARDO, 2017, p. 60).

Sempre costumo chamar o Brasil e o México de pai e mãe porque, como países maiores nos mais diversos sentidos já colocados aqui (população, economia, importância a nível global), é deles que se esperam os primeiros passos rumo a uma série de necessidades da América Latina: estabilidade política, solidez econômica, respeito às leis nacionais e internacionais, etc. Eles são as referências não só no plano geográfico, mas também levando em conta suas conquistas no escopo de um mundo que cada vez mais é modelado por um número crescente de personagens estratégicos. Por isso o distanciamento atrapalharia tanto esse caminho que se pretende a partir da associação entre eles. Um precisa necessariamente estar na agenda do outro.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DA AMÉRICA LATINA

A viagem de Dilma em maio de 2015 ao México contribuiu muito para uma aproximação entre os países. Mas isso não foi suficiente. É preciso muito mais. Até porque se considerarmos que durante o governo da petista as políticas voltadas para a diplomacia ficaram em segundo plano, estamos na contramão de um processo integrador.

Michel Temer, abalado pela falta de credibilidade de um governo taxado por parte da sociedade brasileira e por alguns governos internacionais como ilegítimo, tampouco se destacou no campo das relações internacionais. O mínimo de contato com o Brasil a partir da queda de Rousseff era a política mais cautelosa naquele momento, a espera de um próximo governante brasileiro em 2019.

Talvez esse movimento (ou não-movimento) dos últimos anos tenha permitido uma maior infiltração do México na América Latina visando

conquistar novos aliados. Lula, ao contrário, construiu aquela que será lembrada durante anos como “a nova diplomacia brasileira”. Mais aberta, que fala outras línguas que não apenas o inglês.

Além disso, o acordo firmado entre ambos os países para a proteção legal de origem da cachaça e da tequila foi outro passo que teve um caráter muito particular. Além dos fins comerciais que era próprio do acordo, teve um caráter muito simbólico na reaproximação dos países que antes pareciam ter esquecido um do outro. Isso sem contar com a criação da Comissão Binacional Brasil-México, para impulsionar muito mais o caráter associativo entre os dois países.

Fazendo um comparativo entre o que foi a diplomacia do Governo Lula e do Governo Dilma, seja na maneira como cada um deles tratava a diplomacia, os recursos financeiros destinados e a atenção deles em participar de eventos no exterior, se deduz que Dilma não tinha na diplomacia uma prioridade. De acordo com as informações do Itamaraty, divulgadas pela BBC Brasil,

[...] a presidente passou 144 dias fora do país em visitas de Estado ou encontros multilaterais, uma redução de 46,5% ante o observado no segundo mandato do presidente Lula. Ele esteve fora do Brasil por 269 dias entre 2007 e 2010. Na comparação com o primeiro mandato de Lula (2003-2006), Dilma destinou um terço menos tempo para viagens ao exterior. O antecessor passou 216 dias fora do país. (SCHREIBER, 2015).

É interessante notar que uma aproximação do Brasil do México pode representar uma forma de acesso ao mercado dos EUA, ao passo que uma aproximação do México do Brasil pode representar uma forma crucial de ingressar em novos capítulos de uma história de integração da América Latina. Tenho em mente que o México, no que concerne a política externa, sempre teve um certo problema em assumir sua identidade latino-americana.

Defende-se aqui a ideia que eles, por se localizarem próximo aos norte-americanos, preferiram mais adotar uma identidade moderada entre ser latino e ser um “país do norte”, apesar de sua condição de país emergente. Talvez essa seja a razão pela qual muitos países do subcontinente têm um certo “pé

atrás” com os mexicanos, sobretudo os países que defendem o sangue latino como uma das maiores heranças a serem valorizados e seguidas.

O Brasil, por sua vez, costuma ter um espírito (em diferentes graus) de abertura política e econômica com países da parte sul e central da América. As visitas de Estado do ex-presidente Lula deixam isso muito claro como o auge dessas relações Brasil-América Latina. Até porque essas visitas foram uma estratégia muito forte de garantir a presença brasileira não apenas por aqui, senão que também na África e em parte da Ásia. Uma geopolítica nunca vista anteriormente, que já não era mais mecânica, isto é, simplesmente visitas de Estado para cumprimento de protocolo e de interesses exclusivamente econômicos.

A distância dos EUA permitiu ao Brasil reinventar uma nova diplomacia, diferente do México, que teve ao longo de sua história como país soberano que atender aos interesses norte-americanos devido à proximidade e às exigências do Tratado Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA). De certa forma acho que o México sempre teve a sagacidade de perceber que estava diante de dois caminhos antagônicos entre si: se aliar a América Latina ou aos EUA. Este último caminho sempre prevaleceu.

Apesar dos muitos problemas que enfrentam, esses dois pólos da América Latina cada vez mais chamam atenção do mundo. O Brasil, por exemplo, é um país que deixou de significar para o mundo a pobreza, a fome e o subdesenvolvimento. Sua capacidade econômica dos últimos anos e a redução drástica da pobreza, dentre outros aspectos, maravilharam o mundo. O México, por sua vez, segue no rumo do crescimento econômico, desenvolve acordos comerciais que o Brasil ainda tem dificuldades, etc.

Mas será que o Brasil e o México não poderiam aproveitar seus êxitos para construir uma outra América Latina? Até porque olhando bem para o Brasil e para o México e fora as questões geopolíticas e culturais, não se vê diferenças gritantes. Trata-se, na verdade, de duas nações cujos povos são altamente cálidos, criativos, amáveis e trabalhadores. Tipicamente latino-americanos.

Finalmente, projeto a ideia de que Brasil e México podem chegar à relações muito prósperas como aquelas que são compartilhadas entre Alemanha e França como primeira e segunda economias da União Europeia – com a saída do Reino Unido; ou até mesmo (em certo ponto) do Brasil e da Argentina como membros do Mercosul. Interesses próprios sempre existirão. Mas é de suma importância uma relação amigável e cooperativa entre Brasília e Ciudad de México, já que esses podem e de fato são os combustíveis que permitirão a América Latina crescer cada vez mais. Como bem disse Lula numa reunião de trabalho com o presidente mexicano Vicente Fox, “nós temos que agir juntos porque juntos seremos muito mais fortes e muito mais respeitados”⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil e México. Distância que só existe devido à localização geográfica. Se assim não é, deveria ser. A prosperidade de uma região dependerá sempre da maneira como os atores principais se comportam e como se relacionam. Um exemplo para ilustrar é a crise da Ucrânia de 2013. Imagine se França, Reino Unido e Alemanha, os “pesos” da União Europeia, divergissem nos pontos cruciais de como agir para solucionar o embate russo-ucraniano. Seguramente a catástrofe no leste europeu seria sem precedentes. E isso é o que falta na América Latina. Ainda que considerados atores insubstituíveis no cenário mundial, em particular no recorte regional, esse protagonismo ainda não se deu de forma plena devido a distância existente, diplomaticamente falando, entre brasileiros e mexicanos.

Baldunciel já contextualizava que os processos de integração regional entre os diferentes países do mundo, principalmente (mas não exclusivamente) os países centrais, passou pela reflexão de seus dirigentes em perceber que “era melhor se unir, trabalhar em conjunto para conseguir juntos os interesses e motivações que cada Nação visava. O que antes os distanciava [...] agora

⁴ Divulgado no site informativo da Empresa Brasil de Comunicação.

passara a ser oportunidades para alcançar um “todo homogêneo” (BALDUNCIEL, 2008, p.59. Tradução minha). E essa é uma reflexão que fica para o Brasil e para o México. Juntos, os dois representam muito mais.

Buscando acontecimentos históricos, analisando acordos de política externa e esmiuçando o estado de coisas que envolve Brasil e México no cenário atual foi possível concluir que por trás da cordialidade há desconfianças e interesses ocultos. Que não se passe despercebido: é natural e faz parte das estratégias de Estado que todo país tenha essas questões. No entanto, é saudável (ainda mais se tratando de Brasil e México) que os governos desses dois países deem os primeiros passos para buscar uma aliança que seja engenhosa e que garanta estabilidade e crescimento na região.

As questões aqui debatidas, embora não sejam assumidas em público pelos dois países por uma questão basicamente diplomática e talvez de estratégia política, refletem uma realidade que poderia ser diferente. Até porque compartilhamos de tantas semelhanças. O brinde entre a cachaça e a tequila só virá (e digo de forma franca, sem aqueles “pés atrás”) quando ambos países assumirem seus respectivos papéis como verdadeiros líderes da América Latina. E que se deixe claro: líder, no caso de um país, considero como aquele que promove a paz, garante os direitos básicos de sua população e coopera. Longe de ciúmes e desconfianças.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, I. A. T. Sobre las ventajas de la Alianza del Pacífico para Colombia. *Revista Prolegómenos, Derechos y Valores*, v. 17, n. 33, p. 159-172, 2014.

ALMEIDA, P. R. O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global). In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política*. Brasília, DF: CEPAL, 2010.

ALMEIDA, P. R. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 47, n.1, jan./jun. 2004.

BALDUNCIEL, S. El rol de las personas en un proceso de integración regional. In: SOARES, A. B.; THEMOTEO, R. J. (Orgs.). *Diálogo e intercambio entre partidos políticos y sociedad civil em Mercosur*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.

BATISTA, J. C. Relações comerciais entre o Brasil e o México. *Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada*. Brasília, DF. 2000.

Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-07-07/lula-destaca-importancia-de-cooperacao-entre-brasil-e-mexico>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

ESTÉVEZ, A. B. La alianza del Pacífico: Un largo camino por recorrer hacia la integración. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/La_Alianza_del_Pacifico_Blanco_0.pd. Acesso em 19 de agosto de 2016.

HAKIM, P. Por que o Brasil não apóia Augustín Carstens para o FMI?. *Opinião e notícia*. Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br/economia/por-que-o-brasil-nao-apoia-augustin-carstens-para-o-fmi/>. Acesso em 19 de agosto de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/>. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

RICARDO, J. G. S. *Migração, Direito Internacional e os casos de crianças refugiadas no Rio de Janeiro (Brasil), Ameca (México) e San José de David (Panamá): Etnografia nas fronteiras internacionais*. Centro de Ciências Humanidades e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017. 65 p.

SCHREIBER, M. Dilma viaja menos da metade que Lula ao exterior. BBC BRASIL, 21 jan. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_dilma_viagens_internacionais_ms_lgb. Acesso em: 19 de agosto de 2016.

SORIANO, J. P. Dilma y México: altibajos en una relación indispensable para América Latina. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, nº 97-98, p. 135-149, abr. 2012.

VALLE, V. M. A reforma do Conselho de Segurança da ONU: uma análise sobre a posição brasileira e suas repercussões. In: MELLO, V. C. et al. *Reformas na ONU*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.